

Viseu há 100 anos

Em sessão de 24 de Novembro de 1910, o pintor Almeida e Silva sugeriu modificar as armas da cidade de modo a figurarem, já adaptadas ao novo regime, na solenidade do 1.º de Dezembro. A Comissão Administrativa Municipal deliberou “Não usar brasões e apenas empregar como distintivo do Município, quer debaixo do emblema que orna a bandeira nacional e que será adoptado para este município quer em termos do mesmo emblema, quando empregado em selos e carimbos, este simples dizer: Municipalidade de Viseu”.

Na mesma sessão, a comissão deliberou renomear algumas artérias da cidade:
Rua N.º 1 de Massorim → Av. Alberto Sampaio
Viela da Gata → Rua do Centro Federal

O Administrador do Concelho Adolfo de Sá Cardoso foi substituído por José Perdigão, que afirmou “que sempre que a assiduidade do seu novo cargo lho permitisse, prestaria à Comissão a sua leal coadjuvação no intuito de a auxiliar no desempenho da missão que lhe foi confiada”.

Incorporações

Conservatória do Registo Civil de Tondela

Paróquia de Lageosa
Baptismos 1903-1909

Ocupação dos Tempos Livres

À semelhança dos anos transactos, foi apresentado ao Programa de Ocupação de Tempos Livres - Curta Duração, o projecto designado “Valorizar o Património Documental”. O contacto experimental com documentos e actividades de arquivo foi proporcionado a 19 jovens, com idades compreendidas entre os 14 e 21 anos.

Celebração de contratos

Nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, que prevê a regulamentação do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC), e das Portarias n.º 172-A/2010 e n.º 172-B/2010, ambas de 22 de Março, foi celebrado contrato de formação em contexto de trabalho com Ana Idalina Ferreira Pereira, com a duração de 12 meses, improrrogáveis, com início em 1 de Julho de 2010. O plano de estágio compreende, para além da execução de tarefas nos vários domínios de actuação do Arquivo, a organização, descrição, informatização e digitalização de documentos avulsos do fundo do Cabido da Sé de Viseu.

No âmbito das Medidas Emprego-Inserção, reguladas pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, foi celebrado contrato com Ana Cristina Duarte Figueiredo Palhares, com início em 16 de Agosto e terminando a 31 de Dezembro de 2010, conducente à execução de trabalho socialmente necessário, na área de Serviços Gerais.



Viseu . n.º43 . 3º trim . 2010

Editorial

Com o crescimento e evolução da escrita e da vida social, o ser humano passou a compreender melhor o valor da informação e, por conseguinte, o valor dos documentos. A partir daí começou a agrupar documentos, sistematizando em diversos suportes os resultados de suas actividades quotidianas. Os Arquivos surgem tendo como papel principal a guarda e conservação de documentos, objectivando atestar a legalidade dos patrimónios e contar a história de seus povos. O Arquivo preserva, fomenta e legítima, por intermédio dos documentos, o direito, a cultura, a história, as ciências, a política, actuando no suporte e desenvolvimento dos mais diversos sectores.

É função primordial de um arquivo a disponibilização da informação contida nos documentos ou dos próprios documentos.

Nesta perspectiva, um dos factores que permite medir a eficácia de um Arquivo é o grau de sucesso atingido no atendimento dos pedidos de consultas que lhe são formuladas.

A nossa prioridade é a satisfação do Cliente e a realização constante dessa satisfação. Atender, permanentemente, as contínuas solicitações, é um dos objectivos que nos movem. Esperamos continuar a atingi-lo e nunca desmerecer a confiança no trabalho que é executado.

A Directora,

Maria das Dores Almeida Henriques



MINISTÉRIO DA CULTURA



DIRECÇÃO-GERAL
DE ARQUIVOS

Largo de Santa Cristina
3504-515 VISEU
Tel. 232 430380
Fax. 232 421800
e-mail: mail@advis.dgarq.gov.pt
www.ad-viseu.com

Ricardo Pais Gomes

“Aos dezanove dias do mez de Março do anno de mil e oitocentos e sessenta e oito”, na Igreja Paroquial de Silgueiros, concelho de Viseu, o Padre José Maria de Melo, baptizou “solemnemente um individuo do sexo masculino” a quem deu o nome de Ricardo e que nasceu no lugar de Passos, “pelas quatro horas da manhã do dia dose do mez e anno supra, filho legitimo de José d’ Almeida Gomes, proprietário, natural do lugar e freguesia de São João de Lourosa e de Anna d’ Anunciação Gomes Soares, natural de Passos (...), neto paterno de Jose Paulo de Figueiredo natural de Teivas, freguesia de São João de Lourosa e de Elena Candida natural do lugar e freguesia de Reriz, concelho de Castro Daire (...) e materno de Joaquim Paes Lopes natural de Passos e de Antonia Margarida natural das Lageas. Forão padrinhos o Reverendo Manuel Gomes de Melo Junior e Maria Emilia Gomes solteira, tios paternos do baptizado”¹.

Ricardo Paes Gomes casou com Maria Gracinda de Almeida Macário “aos quinze dias do mez de Junho do anno de mil oito centos e noventa e nove”², na Igreja Paroquial de Silgueiros. Teve 4 filhos: Ricardo Júlio (1901), Afonso Henrique (1902), Maria Gracinda (1904) e Alice (1905).

Faleceu de paralisia geral, a 21 de Janeiro de 1928, na Rua Serpa Pinto, em Viseu.

Em 1897, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, regressa a Viseu, tornando-se um advogado muito considerado. Militante do Partido Republicano e influente activista, alia a vertente de jornalista com a de político, com a sua propaganda na imprensa local democrática. Integra o corpo redactorial do jornal *Democracia da Beira*, fundado em 1891, que é publicado por pouco mais de um ano. A *Nova Lucta* (4 números) surge em 1894 e imediatamente se lhe segue *O Intransigente*, órgão da União Republicana, ambos tendo como director Ricardo Pais Gomes. Em 1906, *A Beira*, semanário republicano com larga colaboração de futuros representantes republicanos da cidade e a voz do Centro Republicano de Viseu. Foi fundador, e várias vezes presidente da Assembleia Geral do Instituto Liberal de Instrução e Recreio, agrupamento de fortes simpatias pelo ideário republicano, mais tarde Centro Republicano de Viseu.

Durante os anos que antecederam a implantação da República, foi um dos grandes lutadores republicanos de Viseu, defendendo acerrimamente os ideais democráticos.

A República surge. Nomeado por telegrama de António José de Almeida, tomou posse como Governador Civil do Distrito de Viseu no dia 6 de Outubro³. Cessa funções em 12 de Julho de 1911, para aceitar outros desafios.

Deputado à Assembleia Nacional Constituinte, na primeira eleição do Senado, realizada na sessão de 25 de Agosto, foi eleito senador e continuamente reeleito.

Por nomeação do Ministro do Interior, António José de Almeida, datada de 16 de Junho de 1911, desempenha os cargos de Director Geral da Administração Política e Civil e Secretário Geral do Ministério do Interior.

Ministro da Marinha de 19 de Julho a 20 de Novembro de 1920, no governo de António Granjo, voltará a ocupar a pasta da Marinha em dois governos liberais sucessivos: o de Barros Queirós e o de António Granjo, de, respectivamente, 23 de Maio a 19 de Outubro de 1921 e 30 de Agosto a 19 de Outubro de 1921.

O primeiro Governador Civil do Distrito de Viseu após a Implantação da República tem uma rua com o seu nome no lugar da Póvoa, freguesia de Abraveses.

1868 e aos dezanove dias do mez de Março do anno de mil e oitocentos e sessenta e oito, na Igreja Paroquial de Silgueiros, concelho de Viseu, o Padre José Maria de Melo, baptizou solemnemente um individuo do sexo masculino a quem deu o nome de Ricardo Almeida e que nasceu neste lugar de Passos, pelas quatro horas da manhã do dia dose do mez e anno supra, filho legitimo de Jose d' Almeida Gomes proprietario natural do lugar e freguesia de São João de Lourosa e de Anna d' Anunciação Gomes Soares natural de Passos, rebida, mulher de São João de Lourosa parochiano, neto paterno de Jose Paulo de Figueiredo natural de Teivas freguesia de São João de Lourosa e de Elena Candida natural do lugar e freguesia de Reriz concelho de Castro Daire freguesia de Reriz, concelho de Castro Daire (...) e materno de Joaquim Paes Lopes natural de Passos e de Antonia Margarida natural das Lageas. Forão padrinhos o Reverendo Manuel Gomes de Melo Junior e Maria Emilia Gomes solteira, tios paternos do baptizado. Foi not supra. O padrinho D. P. Manuel Gomes de Melo f.º. Clergo, f.º. Maria Emilia Gomes.

1868 Março. 19, Silgueiros – Registo de baptismo de Ricardo Paes Gomes.

PT/ADVIS/PRQ/PVIS27/001/0020_33_82

¹ PT/ADVIS/PRQ/PVIS27/001/0020_33_82

² PT/ADVIS/PRQ/PVIS27/005/0036_84_8

³ PT/ADVIS/AC/GOVCIV/E-B/005/0015_44_254